

MULHERES DE FERRO: O SILÊNCIO DAS ATAS E A MEMÓRIA DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO OPERÁRIO TÊXTIL DE MACEIÓ – A GREVE EM 1962.

Airton de Souza Melo

Doutorando em História na Universidade Federal de Pernambuco UFPE

airton.hist@gmail.com

RESUMO

O sindicalismo têxtil em Maceió nos anos 1960 tenta acompanhar a trajetória e vitalidade dos sindicatos pelo Brasil, construindo um papel importante nas lutas sociais no período. Observamos a greve dos operários têxteis da Fábrica Carmen, pertencente ao grupo Othon Bezerra de Mello Fiação e Tecelagem S/A, no ano de 1962, quando a Fábrica aumentou o número de teares de quatro para seis teares por operária sem nenhum tipo de consulta. visto que a tecelagem composta basicamente por mulheres, o movimento grevista começa a ser pensado pelas tecelãs e ganha força com a presença do sindicato nas negociações e greve que termina vitoriosa por parte dos operários, fazendo a Fábrica Carmen voltar atrás e manter os quatro teares. O objetivo do trabalho além de mostrar a participação das mulheres nos movimentos sociais em Maceió é discutir o silenciamento da participação dos mulheres nas atas produzidas pelo sindicato têxtil e como na memória coletiva da população residente no bairro de Fernão Velho a força e liderança das mulheres é exaltada, havendo “duas histórias” que se chocam, as atas do sindicato e a história oral.

Palavras chave: Operários têxteis; greve; trabalho de mulheres.

O sindicalismo têxtil de Maceió nos anos 1950 e 1960 foi ativo, participou das lutas democráticas do período, sofreram a investida de patrões em seus sindicatos, alguns presididos alguns anos por representantes dos industriais, mas ao longo dos anos 1950, os sindicatos têxteis de Maceió, conseguiram diretorias proletárias resistindo às investidas dos industriais e do Estado. Encontramos em Alagoas uma categoria que por ser das mais antigas no estado construiu sua trajetória a partir de uma longa tradição de embates, em um contexto nacional em que o sindicalismo se lançou com vigor em pautas econômicas e políticas (MATOS, 2009, p.100).

Durante o Estado Novo o cenário trabalhista brasileiro foi modificado com a promoção e incentivo da criação de sindicatos. Isso ocorreu em boa parte do Brasil. Os dados referentes a Alagoas estão subestimados, com apenas três sindicatos até o início de

1942. A diferença é latente quando comparamos durante o mesmo período com estados vizinhos como Pernambuco que possuía setenta e quatro sindicatos e Sergipe, com trinta e um sindicatos. Os números alagoanos se assemelhavam com os de Sergipe e Pernambuco, que possuía uma maior tradição sindical.¹ O final dos anos 1930 e começo dos anos 1940, em Alagoas, foi de surgimento de sindicatos e de legalizações de entidades que funcionavam como sindicatos, mas não eram legalizadas (IBGE, p.415).

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho (STFV) foi fundado no dia 03 de dezembro de 1939, no mesmo ano do decreto-lei 1402/39 que regulava a associação em sindicato, o sindicato já existia, porém não legalizado. A Caixa Beneficente do Sindicato foi fundada em 1942, criada para amparar os associados em diversas situações. Ia de auxílio aos familiares em caso de morte do operário até subsídios relativos a necessidades médicas. Ela cumpria um pouco da função que as associações mutualistas possuíam no passado e sua criação era reflexo da falta de assistência social do poder público. Foi o primeiro sindicato têxtil de Alagoas e isso não é simples coincidência. A categoria têxtil alagoana é das mais antigas e a fábrica de Fernão Velho a maior e mais longeva do estado durante sua existência.

O proletariado têxtil residente em Fernão Velho tem uma tradição advinda da experiência iniciada com a formação de uma associação mutualista, a “Sociedade Proteção e Auxílio da Cia. União Mercantil” (primeiro nome da Fábrica Carmen em Fernão Velho).² Os estatutos foram assinados pelos operários no dia 12 de fevereiro de 1876 e aprovados pelo presidente da província em 21 de abril de 1876. Sobre a experiência da mutual em Fernão Velho, Maciel diz:

[...] os eventuais embates acontecidos entre o conjunto mais amplo dos operários da União Mercantil – com os inevitáveis conflitos entre grupos internos e possíveis persistências de inimizades – a experiência mutual pontuou-se como um elemento a mais a ser levado pelos operários na baliza das opções cotidianas e de alcance mais longínquo que estes trabalhadores precisavam, a todo o momento, realizar. Desnorteadora, em um primeiro momento, o início da experiência mutualista pode bem ter servido, no médio prazo, para que fossem percebidos os limites concretos de sua intervenção nas condições efetivas de trabalho e vida a que estavam submetidos aqueles trabalhadores que moravam a beira da lagoa Mundaú. Por conseguinte, pode ter facilitado o acesso coletivo destes tecelões a um nível de consciência de

¹ *Situação Social – organização sindical – 1942-1945. IBGE. p. 415.* A disparidade em relação a estados com uma maior tradição sindical é enorme. No mesmo período São Paulo possuía 266 sindicatos, o Rio de Janeiro (incluindo a Guanabara) tinha 204, a Bahia com 54 e Minas Gerais com 92 sindicatos.

² As sociedades mutualistas, existentes pelo menos desde os anos 1830, em substituição às antigas corporações de ofício, extintas com a constituição de 1824.

classe mais fortalecido e em oposição a outros grupos e classes sociais (MACIEL, 2007, pp. 237-238).

Essa é a hipótese que defendemos por estarem os operários da mesma fábrica entre os primeiros a fundar um sindicato em Alagoas e seu órgão considerado como um dos mais importantes, assim como toda região fabril de Fernão Velho, possuindo papel fundamental dentro das lutas da classe operária em Alagoas.

A intensidade dessa relação com a estrutura corporativa variava entre os sindicatos e períodos históricos. No Sindicato Têxtil de Fernão Velho vimos a experiência sindical de operários que tentaram organizar sua agenda e procuravam manter uma relação democrática com os políticos com benefício mútuo.

Na sede do Sindicato Têxtil de Fernão Velho, há hoje em uma das paredes quadros e nomes contando a cronologia dos presidentes sindicais, da sua criação até o último presidente. No entanto, esse trabalho de preservação da memória feito pelos sindicalizados foi impreciso e promoveu esquecimentos. Em sua trajetória, há fatos importantes em que não aparecem e dão impressão de buscar um esquecimento coletivo. Não tornar história alguns momentos obscuros da entidade era o provável objetivo.

A tabela abaixo foi construída a partir da cronologia feita pelo STFV, mas com as modificações descobertas na análise das atas das reuniões, contradizendo a construção da memória realizada por alguns membros do Sindicato, possivelmente nos anos 1990.

PERÍODO	NOME
JUL. de 1939 a JUL. de 1945	Carlos de Araujo*
JUL. de 1945 a JUL. de 1947	Demerval F. de Menezes
JUL. de 1947 a JUL. de 1949	Benedito José
JUL. de 1949 a JUL. de 1951	Estevão
JUL. de 1951 a JUL. de 1953	Carlos de Araujo
JUL. de 1953 a ABR. de 1956	Lourival Lira da Rocha
ABR. de 1956 a ABR. 1958	Abelardo Cavalcante Lins**
ABR. de 1958 a JUN. de 1959	Abelardo Cavalcante Lins
JUN. de 1959 a SET. de 1959	Antônio Domingos dos Santos
SET. de 1959 a ABR. de 1962	José Idalcio Costa****

ABR. de 1962 a ABR de 1964	José Conrado Alves*****
ABR. de 1964 a JUL. de 1965	Spinelle (INTERVENÇÃO MILITAR)
JUL. de 1965 a JUL. 1967	José Gomes
JUL. 1967 a MAR. 1969	Pitágoras Bertolino Café
MAR. de 1969 a JUL. 1969	Edval Ramires
JUL. de 1969 a JUL. de 1972	Hermínio Cardoso
JUL. 1972 a JUL. de 1990	Veríssimo F. dos Santos
JUL. 1990 a JAN de 2010	Fábio A. de Farias (último Presidente)

*A primeira diretoria foi formada antes da oficialização do Sindicato (03/12/1939).

**Abelardo C. Lins foi eleito presidente em 1955 e empossado em 1956. Por utilização indevida do dinheiro do Sindicato e corrupção foi afastado por volta de junho de 1959. Antônio Domingos dos Santos – vice-presidente – assumiu a presidência do Sindicato durante alguns meses de 1959. Na cronologia do Sindicato não há referência à mudança de presidentes.

***José Idalício Costa comandou o Sindicato durante o processo de escolha do novo presidente. No qual se sagrou vitorioso. Na cronologia feita pelo Sindicato seu mandato teria durado até julho de 1961, no entanto, através das atas confirmamos que o mesmo presidiu até 1962.

****José Conrado foi o último presidente do período democrático, sendo preso e deposto em 1964 depois do golpe.

Não encontramos, dentro da documentação acessada, nome de operárias em cargos de diretoria e muito menos como presidente do Sindicato Têxtil de Fernão Velho. Mesmo existindo operárias frequentando as reuniões, elas foram excluídas dos cargos de direção. Representa as práticas machistas dentro da instituição e isso parece ter ocorrido dentro de outros sindicato porque em diversas atas há referência à presença de delegações de outros sindicatos têxteis, como de outras categorias, e não foi registrada nas atas a presença de mulheres.

O advogado de diversos sindicatos e de Fernão Velho entre 1961-1964, Ruben Ângelo, afirmou que as mulheres eram valentes e que presenciou essas mulheres puxarem o movimento grevista de 1962. Ruben Ângelo chegou a escrever um poema, “Mulheres de Ferro”, em homenagem à garra das operárias têxteis de Fernão Velho. A falta de

participação de operárias na direção do sindicato vai além dos afazeres domésticos e da dupla jornada, passa por uma questão de gênero.³

A História Oral, além da iconografia, consegue nos dar uma nova dimensão do envolvimento das mulheres na participação do movimento operário têxtil em Maceió. A capacidade de a entrevista contradizer generalizações sobre o passado amplia, pois, a percepção histórica – e nesse sentido permite a “mudança de perspectiva” (PINSKY, 2010, p.166).

Nos momentos em que almejavam melhores condições de vida, os operários têxteis alagoanos participavam ativamente das reuniões em seus sindicatos, pensando estratégias de conquistar direitos. A participação em campanhas nacionais nos revela que, além de conectados, eles “dependiam” muitas vezes da iniciativa nacional como um pontapé inicial para um norte e, após isso, tomavam a frente do processo de forma regional. E os têxteis sempre estavam unidos mesmo quando não organizavam as greves gerais da categoria; participavam e apoiavam das reivindicações de seus companheiros de classe.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) define que até o ano de 1951, o momento do salário mínimo foi de consolidação, com uma queda violenta no valor de compra entre os anos de 1946 e 1951. Entre os anos de 1952 a 1964, é visto como período de recuperação; até o ano de 1959, houve um forte crescimento de seu poder aquisitivo, chegando em 1957 ao maior valor médio anual da história, cerca de Cr\$ 3.700 (três mil e setecentos cruzeiros). No entanto, esse valor não significava a realidade do povo brasileiro; esse número era o valor respectivo a São Paulo e as outras capitais do Sudeste. Em Maceió, o salário em 1956 passou para Cr\$ 2.200 (dois mil e duzentos cruzeiros) e Cr\$ 2.000 no interior do estado. Além dos valores entre regiões serem diferentes, havia diferença entre o mínimo na capital e no interior dos estados brasileiros (DIEESE, 2005, p.4).

O salário mínimo entre 1952 e 1964 é, definitivamente, melhor que na década de 1940. No entanto, deve-se levar em conta a alta taxa de inflação no Brasil na década de 1950, em média 19% e na década de 1960, chegando aos 40%. Esses altos valores

³ Ruben Ângelo. Depoimento cedido ao autor em 10 e 11 de agosto de 2010.

diminuíam o poder de compra do salário mínimo, mantendo a classe trabalhadora sempre em dificuldade financeira.

A classe operária brasileira conseguiu melhorias salariais entre os anos de 1952 e 1964. Isso acontece, devido à nova face do governo, o processo de industrialização e as pautas de reivindicações dos sindicatos e trabalhadores em geral: reajustes salariais; 13º salário, conquistado em 1962; salário família, em 1963 e as campanhas pelas reformas de base até 1964.

Mulheres de ferro

O movimento grevista de 1962 está para boa parte dos têxteis da Fábrica Carmen como o acontecimento histórico no embate entre operários e fábrica. Isso se deve a forma que foi conduzida a greve: teve início no dia 20 de agosto de 1962, com a reivindicação das tecelãs não aceitando a imposição da Fábrica Carmen, aumentando, para seis, o número de teares para cada tecelã. A greve paralisou a fábrica por três dias.

Antes de nos determos na greve, faremos um recuo no tempo para entendermos o que levou ao movimento. No dia 21 de abril de 1962, a nova diretoria do Sindicato dos Têxteis de Fernão Velho tomou posse em uma reunião com as presenças de José de Barros Sarmiento, Delegado do Trabalho e do Governador do Estado, Luiz Cavalcante, presidindo a reunião, além da grande quantidade de operários têxteis de diversas fábricas, operários dos sindicatos do Açúcar e do Alcool e da Federação dos Trabalhadores.⁴ Fazia parte dessa nova diretoria, José Conrado Alves, novo presidente, Pitágoras Bertolino Café, secretário e João Matias da Silva, 2º Secretário. Essa citada diretoria era mais combativa e foi formada em oposição à diretoria anterior, e também mais próxima e aberta aos comunistas. Dentro de uma conjuntura política nacional de grande acirramento no governo de João Goulart, e, sobretudo, em Alagoas, com forte oposição da classe operária ao governo (PDC-UDN). Isso justifica, mais ainda, a presença de Luiz Cavalcante na posse da diretoria e suas palavras de apoio à nova diretoria e aos têxteis.

Já havia forte oposição contra seu governo. Em fevereiro de 1962, vários sindicatos assinaram um memorial contra a carestia de vida e contra o governo de Luiz Cavalcante

⁴ Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho. Ata da reunião de 21 de abril de 1962.

e iniciaram a luta pela diminuição dos preços como pelo aumento salarial. O governo tentara estreitar os laços com os têxteis. Era sua força dentro da categoria.

O primeiro ato da nova diretoria foi a contratação de Ruben Ângelo como advogado do sindicato. Ruben era um dos redatores do jornal comunista *A Voz do Povo*, e a sua presença dentro do sindicato havia sido aprovada, por votação, pelo conjunto dos trabalhadores no dia 30 de julho de 1961. Porém, a diretoria que estava à frente do sindicato, em ações antidemocráticas, ignorou os votos dos associados e não o contratou como advogado.⁵ Isto aconteceu no dia 06 de maio de 1962, na primeira reunião do Sindicato, já com a nova diretoria.

A campanha salarial estava bastante consolidada e as dirigentes das fábricas têxteis tentaram se antecipar, e buscaram aumentar a quantidade de teares trabalhados por cada tecelã e tecelão. Isso significava um maior ritmo de trabalho durante a mesma quantidade de horas. Era uma estratégia dos patrões na extração da mais valia. A taxa de mais-valia, permanecendo as mesmas todas as outras circunstâncias, dependerá da produção entre aquela parte de dia de trabalho necessária para produzir o valor da força de trabalho e o “sobretempo ou o sobretalho” realizado para o capitalista. Dependeria, portanto, da razão em que o dia de trabalho for prolongado para além e acima daquele período, durante o qual, trabalhando, o operário apenas produziria o valor da sua força de trabalho, ou reporia o seu salário (MARX, 2005, p. 59).

Existiam dois regimes de trabalho nas fábricas têxteis: os “horistas” tinham seu salário baseado nas horas de trabalho passadas na fábrica e havia o regime de trabalho por produção, no qual seu salário estava vinculado a sua produção. A fábrica lucraria mais se seus operários trabalhassem em um alto ritmo durante as 8 horas diárias.

Na Fábrica Alexandria, em Maceió, houve uma tentativa de aumento do número de teares, mas os operários da fábrica junto com o sindicato barraram a tentativa com ameaça de paralisação e greve. Pouco tempo depois foi a Fábrica Carmen, impondo o número de seis teares para cada tecelã.

⁵ Ata STFV, 30/07/1961. O presidente, em 1961, José Idalcio, tenta lançar um outro nome para advogado do Sindicato, mas a assembleia aprova o nome de Ruben Ângelo. Já na ata da reunião de 05 de novembro de 1961, os operários foram “forçar” a diretoria acatar a decisão da reunião do dia 30 de julho, que votou na contratação de Ruben Ângelo como novo advogado do Sindicato. No momento da reunião a diretoria disse que acataria a decisão da assembleia, no entanto, não contratou e isso criou um clima de insatisfação com a diretoria e oposição a diretoria.

A Fábrica Carmen impôs os seis teares para a tecelagem, e os operários dessa seção, que trabalhavam com 04 teares, ficaram altamente insatisfeitos. Já não estavam contentes com seus salários a ainda teriam de aumentar muito o ritmo de trabalho para recebê-lo. As tecelãs começaram a se organizar dentro da fábrica no horário de trabalho, cada uma que ia dizendo algo para outra tecelã, acerca de contestar a nova decisão patronal.⁶ Elas tinham cuidado, pois a vigilância era constante. Foi convocada uma reunião no Sindicato para discutir o que fazer perante o aumento no número dos teares.

No domingo, dia 19 de agosto e 1962, na sede social do Sindicato reuniu uma grande quantidade de operários. Na reunião, o advogado Ruben Ângelo fez uma explanação a respeito do aumento no número de teares para as tecelãs (6 teares), dizendo que a junta tinha admitido 4 teares e qualquer alteração era para ser negociado com os operários e o Sindicato. Como não houvera nenhuma comunicação prévia entre fábrica e operários, eles não deviam aceitar a imposição. O advogado alegou que as reivindicações só poderiam trazer êxito se as tecelãs “parassem” o serviço. Foi levantado também que se as tecelãs aceitassem trabalhar com seis teares, estava indo contra o Sindicato e seus companheiros.

Delegações de operários das fábricas da cidade de Rio Largo; da Fábrica Alexandria, no bairro do Bom Parto, em Maceió; um operário representante do Sindicato dos ferroviários; professor Japyassu, presidente do Sindicato de Rio Largo; Raul Pereira, advogado do Sindicato de Rio Largo e Henrique Equelman, Deputado Estadual, parabenizaram a iniciativa das operárias. Aurélio Cavalcante, presidente do Sindicato de Alexandria, perguntou se as operárias estavam de acordo com a proposta do advogado e todas responderam que não aceitariam mais que 4 teares.

Paulo Fontes, ao estudar a migração de nordestinos para São Paulo, observou que “as amizades e o conjunto de relações sociais tecidas desde os lugares de origem e ampliadas na fábrica e no bairro eram justamente a base para a elaboração de coesão e solidariedade. Eram essenciais para a formação de uma identidade de classe” (FONTES,

⁶ *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL. Vol. 6. 2008.* Maria José nasceu no ano de 1938, trabalhou durante 22 anos na tecelagem. Os outros operários contam que Dona Zezinha, como é conhecida por todos, era uma mulher que lutava pelos seus direitos e é considerada referência entre os têxteis da época.

2008, p. 382). Encontramos nas atas sempre a participação e solidariedade de outros operários de outras fábricas, não somente nesse caso, mas em diversas situações a solidariedade entre os operários e até outras categorias é vista.

As tecelãs que haviam iniciado o movimento estavam dispostas à greve. A operária Maria José, conhecida como Zezinha, entre outras, assumiu posição de liderança dentro do movimento e falou pela tecelagem nesse momento. “Várias propostas foram sugeridas, sendo aceita por unanimidade, que as tecelãs não trabalhassem até 4º feira, dia 22 do corrente. Se dentro deste prazo a gerência não tomasse as medidas necessárias, as tecelãs se afastariam do trabalho”.⁷

A greve paralisou a seção de tecelagem, as outras seções não participaram da greve, mas irremediavelmente eram atingidas com a paralisação. Isso gerou muitas discussões e ameaças dos mestres e contramestres contra as tecelãs. A operária J.A, em seu depoimento contou que os operários pegaram o vigia de surpresa e trancaram a porta da fábrica logo pela manhã, para impedir a entrada dos operários, mas com as ameaças dos mestres muitos operários entraram na fábrica. No entanto, muitos ficaram de fora e mantiveram a greve.⁸ Segundo a operária, o mestre geral Carlos Araújo ameaçou muitos operários. Afirmou também ser costume do mesmo, perseguir quem não o “respeitasse”. Carlos Araújo fora presidente do sindicato em duas ocasiões: julho de 1939 a julho de 1945 e julho de 1951 a julho de 1953. Homem com grande poder, utilizava esse mesmo poder para fazer valer os interesses da Fábrica.

Na quarta-feira, dia 22 de agosto de 1962, aconteceu a reunião para discutir as negociações que estavam em andamento. Havia operários de outras fábricas em apoio à greve. João Araújo, presidente do Sindicato têxtil de Saúde, falou a respeito do problema das tecelãs, alegando que havia trabalhado na Fábrica Carmen e conhecia bem de perto os métodos dos trabalhos feitos na empresa. Advertiu que o custo de vida era cerca de 75% do salário, e o que ia melhorar a situação da classe não era 5 e 6 teares nem "Rádio Patrulha", o que melhoraria a situação eram as reivindicações. Havia ido uma comissão de operários junto com Ruben Ângelo ao Recife para negociar diretamente com Alberto

⁷ Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho. Ata da reunião, 19 de agosto de 1962.

⁸ J.A, foi operária têxtil durante 27 anos, trabalhou de fiscal da tecelagem. Depoimento concedido a Ivo Farias. Sd/2011.

Bezerra de Melo, diretor e dono da fábrica, na reunião do dia 22 de agosto foi repassado que não houve sucesso na negociação com um dos advogados da Fábrica, Petrônio, pois o mesmo propôs 10% de aumento salarial para as tecelãs caso concordassem com os seis teares, porém, os operários não concordaram.

Na mesma ata os operários contaram que a comissão nada conseguiu, pois Alberto apresentou a situação econômica da fábrica e falou da robustez das tecelãs afirmando que elas pediram para trabalhar com mais teares. Ruben Ângelo apresentou o problema dizendo ser 4 teares um serviço puxado, 5 era demais e 6 correspondia à morte. Apresentou ponto ilegal: 1) menores trabalhando com 5 teares e recebendo salário pela metade da produção; 2) horas paradas faziam o operário perder salário; 3) a tabela de preço; 4) alteração de número de máquinas. Era preciso que o patrão entrasse em acordo com o sindicato e o operário, aumentando uma porcentagem acima do salário.

Alberto não aceitou o contrato coletivo, solicitando um prazo de 30 dias para rever. O advogado não aceitou e afirmou que era a assembleia quem decidiria sobre isso. Os tecelões se manifestaram dizendo terem dado três dias e não esperavam por mais 30, alegando que não aceitariam um número superior a 4 teares e estavam dispostos a se afastarem do trabalho na manhã seguinte. Foi solicitado um prazo de 48 horas para os operários, pois os diretores iam decidir o que aconteceria. Os operários aprovaram, em votação, a proposta de esperar as 48 horas, pois desejavam o acordo coletivo.⁹

A empresa vendo não haver como impor um maior número de teares sem realizar um acordo e aumentar substancialmente os salários, voltou atrás com o número de 4 teares por operário. No entanto, como forma de represália e “vingança”, alguns dias após o fim da greve, três operárias foram, em pleno horário de trabalho, retiradas de suas máquinas e presas pela polícia a mando da fábrica. Esse ato envolveu a comunidade e o pároco da localidade, padre Cabral, intervindo para a liberação das tecelãs. A operária Maria José, líder do movimento grevista, uma das presas nos disse.

[...] mandou prender eu, a zezé Cabral e D. Maria. Só porque a gente falava o que tava acontecendo. Não se falava da fábrica, do gerente, de ninguém. Apenas a gente contava nossas dores que tava ocorrendo e por causa disso fizeram isso com a gente. A gente tava trabalhando e chegou e parou o carro

⁹ *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho*. Ata da reunião de 22 de agosto de 1962.

na porta da fábrica e levou a gente... Lá também a gente continuava calada, chegava um dizia uma coisa, chegava intimidando.¹⁰

As prisões foram direcionadas às tecelãs líderes do movimento. Elas foram humilhadas perante os companheiros, sendo levadas de dentro da fábrica para o carro da polícia. Passaram três dias presas e sofreram intimidação dos oficiais de polícia. Presas sem motivo algum, de forma arbitrária, foi necessária a intervenção do padre Cabral, além do Sindicato, para liberar as tecelãs. Além de informações de agressões sofridas por alguns operários. As operárias, quando voltaram às atividades, foram pressionadas pela diretoria da Fábrica a pedirem demissão, porém não fizeram isso, contrariando a ordem da gerência. Passaram anos sofrendo com a perseguição de contramestres no dia a dia no chão da fábrica.

Maria José falou pouco sobre sua prisão e a greve, pois se sentia humilhada de ter sido presa. Ela via o que aconteceu com vergonha, e, por isso, esse tema não foi explorado profundamente pelo entrevistador e equipe. Esse fato deixou marcas que estavam vivas décadas depois. Entramos num dilema mesmo feitas com grande cautela e sensibilidade, partimos da ideia que o bem-estar do entrevistado sempre prevalece sobre os interesses da pesquisa (THOMSON, FRISH e HAMILTON, 2006, P.70).

Algumas considerações sobre essa greve de 1962. As operárias não passariam muito tempo presas, pois não havia motivo, mas servia como intimidação e represália a quem tentasse lutar contra a fábrica, além do papel da polícia servindo de capataz dos industriais, cumprindo ordens sem a mínima legalidade. Outra observação importante é em relação à análise das fontes relacionadas à greve: destacamos os depoimentos orais e as atas do Sindicato dos têxteis de Fernão Velho.

Analisando a greve somente pelas atas do Sindicato, o documento produzido pelos trabalhadores no momento em que aconteceram os fatos, a participação das mulheres operárias seria minimizado porque nas atas existentes dentro do sindicato cobrindo o período, não é dado nenhum destaque à participação feminina. Nenhuma fala das tecelãs foi transcrita nas atas, não foi citado nenhum nome feminino como protagonista ou de liderança do movimento e muito menos o fato de o movimento ter se originado na

¹⁰ *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL. Vol. 6. 2008.*

insatisfação das tecelãs, com grande participação feminina. Dentro do processo da greve e das negociações não há menção da participação de tecelãs na negociação em Recife, o que parece provável, pois a diretoria do Sindicato era um espaço masculino e machista e eram os homens que participavam, historicamente, das negociações diretas com os patrões.

Esse silêncio não é uma particularidade alagoana, o trabalho de Maria do Socorro Abreu e Lima é revelador da intensa participação das mulheres nos movimentos sociais do Recife nos anos 1950, presente na questões sociais, sindicais e políticas, mesmo sofrendo com a exclusão nos postos oficiais de liderança, as mulheres por muitas vezes assumiam o protagonismo nos embates (ABREU e LIMA, 2004, p.71).

Analisando a greve de 1962, somente através dos depoimentos orais, com ex-operários, encontramos a participação e liderança das tecelãs durante o movimento, a pequena participação do sindicato dentro do processo. Isso ocorre pela mágoa da operária Maria José, uma das presas. Com a participação de mais mulheres que homens, outras pessoas foram presas, além das três mulheres.¹¹ Mas, para maioria só há a lembrança da prisão das três tecelãs, pela comoção causada à categoria na época. E fica evidenciado nas entrevistas o medo dos trabalhadores de perderem seus empregos, com muitos furando a greve.

Portanto, é fundamental analisar os acontecimentos através de ângulos diferentes, lançando novos olhares e possibilidades de se aproximar do acontecido, não acreditando piamente ou desacreditando plenamente nos documentos. Os dois documentos estão repletos de intencionalidade e subjetividade e o conservado não foi o conjunto daquilo existente, mas uma escolha das forças que operaram nesses acontecimentos (LE GOFF, 2003, p.525). E para nos aproximarmos mais dos acontecimentos relacionados à greve de 1962, foi necessário confrontar os depoimentos orais com as atas do Sindicato. Devemos ter a noção do documento monumento, definido pelo historiador Jacques Le Goff.

É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também as épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para

¹¹ Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL. Vol. 7. 2008. Depoimento da operária Maria de Lourdes, que também participou da greve.

evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntaria ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias (Ibid., pp.537-538).

Entendemos qualquer forma de documento como documento monumento e isso inclui os depoimentos orais. A principal função do historiador é criticar o documento, e neste esforço, levantamos algumas considerações acerca da greve, a partir do confronto e crítica da documentação analisada. 1) o movimento foi originado pela insatisfação e recusa das tecelãs em trabalhar com 6 teares; 2) o Sindicato participou ativamente das negociações com os patrões; 3) a participação feminina na greve foi maciça, possivelmente, maior que a masculina; 4) a participação feminina na greve foi diminuída nas atas do sindicato; 5) e a participação do Sindicato e a importância do advogado, que esperavam um apoio maior para as reivindicações das tecelãs, foi diminuída nos depoimentos e na memória coletiva do bairro de Fernão Velho; 6) possivelmente houve casos de violência dentro do processo grevista e prisões de outros operários após seu término; 7) a greve era utilizada somente em último caso, pois os operários sabiam que independente do resultado, conseqüentemente eles enfrentariam duras represálias das fábricas, não havia uma tradição grevista em Fernão Velho, no entanto, havia sim participação dos operários no movimento.

As greves e campanhas salariais representavam o anseio da classe operária em Alagoas por melhores condições de vida e refletiram um novo momento, no qual os operários se organizavam e tentavam ganhar cada vez mais espaço no processo democrático brasileiro. Os trabalhadores, naquele momento, enxergaram possuir mais possibilidades que no passado, com a criação da Justiça do Trabalho e principalmente nos anos de experiência os colocaram na vanguarda da classe trabalhadora durante a redemocratização brasileira. Durante as lutas, esses trabalhadores foram adquirindo uma enorme experiência em lidar com os patrões e o Estado.

Viveu de acordo com suas possibilidades, em um contínuo enfrentamento entre o possível e o sonhado. E a partir de suas experiências forjaram uma história que vem sendo revisitada por ser imprescindível para a história da classe operária em Alagoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU e LIMA, Maria do Socorro. *Tecendo lutas, abrindo espaços: mulheres nos movimentos sociais dos anos 50*. Recife: Editora Oito de março, 2004.

ALBERTI, Verena. “Histórias dentro da História.” In: PINSKI, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. 2ed. São Paulo: Contexto, 2008.

DIEESE. *Salário mínimo: Uma questão econômica e de política*. 2005.

FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

IBGE. *Situação Social – organização sindical – 1942-1945*.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ªed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Operários em Movimento: documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960)*. Maceió: EDUFAL, 2007.

MARX, Karl. *Salário, Preço e Lucro*. 5ed. São Paulo: Centauro, 2005.

MATOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão popular, 2009.

THOMSON, FRISH & HAMILTON. “Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais.” In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de M. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.